

Nota Informativa

Edição 137/2026

DESTAQUES

Projeto impede menores de 14 anos de manter contas em redes sociais

ANPD traça novas regras para fiscalização de plataformas digitais

Startup apoiada pela Microsoft usará tecnologia de interligação de chips da Nvidia em servidores de IA

Projeto limita a rolagem contínua de vídeos em redes sociais para proteger saúde mental

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Setor de TI vai ao Governo pela readequação do modelo de contratações públicas no Brasil

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lei limita multas e amplia acordos tributários

Setor de serviços fica estável em julho e sobe 2,4% em 12 meses

JUDICIÁRIO

Fachin tira Moraes da relatoria do inquérito das Fake News e assume caso em meio à crise no STF

Flávio Dino cobra identificador único para rastrear emendas

Fachin cancela mais uma sessão do STF para evitar atritos

POLÍTICA

TSE valida mais três registros de candidatura à Presidência da República

Taxas dos DIs passam a cair em meio a especulações sobre disputa eleitoral

PT vê campanha de Lula em risco com crise no STF e convoca reunião de emergência com aliados

Alckmin promete a empresários que Lula fará superávit e defende fim de privilégios no Judiciário

Proibido no Brasil, Polymarket mostra Flávio com mais chance que Lula

Pesquisa Atlas: Lula é desaprovado por 53,8% dos brasileiros e aprovado por 43,7%

Cury diz que não apoiaria Lula no segundo turno em "hipótese alguma"

REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas e empresários defendem reforma tributária em carta-manifesto a candidatos à Presidência da República

Reforma Tributária: TCU tem até 30 de outubro para enviar ao Senado cálculos da alíquota da CBS

DESTAQUES

Projeto impede menores de 14 anos de manter contas em redes sociais

Poder Legislativo | 09/09/2026 – 16h12min

Os deputados Eduardo da Fonte e Lula da Fonte (PP-PE) apresentaram o projeto de lei 5.316/2026, que altera o ECA Digital para proibir menores de 14 anos de criar ou manter contas em redes sociais. A proposta exige que as plataformas adotem mecanismos de verificação de idade que sejam razoáveis, eficazes, proporcionais, auditáveis e tecnicamente seguros, vedando a autodeclaração isolada como comprovação. Além disso, o projeto determina que não seja exigido documento oficial ou identidade digital como única forma de verificação, devendo ser oferecidas alternativas acessíveis que respeitem a privacidade, segurança, transparência e minimização da coleta de dados. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD traça novas regras para fiscalização de plataformas digitais

Poder Executivo | 09/09/2026 – 17h45min

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) abriu consulta pública para revisar seu Regulamento de Fiscalização, incluindo medidas cautelares e procedimentos para apurar infrações ao ECA Digital, direitos dos usuários da internet e proteção de mulheres no ambiente digital. A proposta prevê multas diárias de até R\$ 50 milhões e amplia o escopo para fornecedores de produtos e serviços de tecnologia voltados a crianças e adolescentes, além de provedores de aplicações de internet. O processo investigativo será organizado em quatro etapas, com instrumentos como inspeções técnicas e coleta de evidências digitais. A minuta estabelece ainda planos de conformidade, critérios para defesa e participação de entidades como amicus curiae. A consulta pública vai até 26 de outubro, com audiência virtual em 24 de setembro. Após análise das contribuições, a versão consolidada será encaminhada ao Conselho Diretor para aprovação e aplicação aos processos em andamento. Fonte: Tele.Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Startup apoiada pela Microsoft usará tecnologia de interligação de chips da Nvidia em servidores de IA

Mercado | 10/09/2026 – 14h09min

A startup d-Matrix anunciou a adoção da tecnologia NVLink Fusion da Nvidia para conectar seus novos chips Raptor aos racks de servidores da empresa, visando aprimorar serviços de inteligência artificial (IA) que demandam alta velocidade e baixa latência. Especializada em inferência de IA, a d-Matrix busca integrar seus processadores diretamente aos sistemas de data center da Nvidia, que dominam o treinamento de modelos de IA. Os racks compatíveis devem estar disponíveis em 2027, enquanto os chips Raptor finalizam sua fase de projeto até o fim de 2026. A parceria também envolve a Astera Labs para garantir fluxo rápido de dados. A Microsoft apoia a d-Matrix desde 2023, quando a startup levantou US\$ 110 milhões, e atualmente a empresa está avaliada em US\$ 2 bilhões após uma rodada de US\$ 450 milhões em 2025. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto limita a rolagem contínua de vídeos em redes sociais para proteger saúde mental

Poder Legislativo | **09/09/2026 – 19h34min**

A Câmara dos Deputados analisa projeto que limita a rolagem contínua de vídeos em redes sociais com mais de 2 milhões de usuários ativos mensais ou que tenham a rolagem como recurso principal. A proposta determina que, após a exibição de 30 vídeos consecutivos, a plataforma interrompa automaticamente a rolagem por 5 minutos, exibindo mensagem sobre saúde mental e uso responsável da tecnologia, conforme diretrizes do Ministério da Saúde. As plataformas também deverão informar claramente a quantidade de vídeos assistidos e os restantes até a pausa obrigatória, além de enviar relatórios mensais com o tempo médio de uso e lista de vídeos assistidos. O descumprimento pode resultar em advertências, multas de R\$ 50 mil a R\$ 5 milhões e, em caso de reincidência, suspensão temporária da rolagem ou do funcionamento do aplicativo no Brasil. Os recursos das multas serão destinados ao Fundo Nacional de Saúde para ações relacionadas à saúde mental no uso digital. As plataformas terão 180 dias para se adequar. O projeto será analisado pelas comissões de Saúde, Defesa do Consumidor, Comunicação e Constituição e Justiça da Câmara. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Setor de TI vai ao Governo pela readequação do modelo de contratações públicas no Brasil

Mercado | **10/09/2026**

As federações representativas do setor de Tecnologia da Informação (TI) no Brasil manifestaram preocupação com as regras atuais das contratações públicas, que não consideram as especificidades do segmento, gerando insegurança jurídica, precarização do trabalho e desequilíbrio competitivo. Elas defendem que as convenções coletivas sejam usadas como referência para a composição dos preços nas licitações, garantindo o respeito aos pisos salariais e condições de trabalho negociados entre patrões e trabalhadores. As entidades também pedem regulamentação da terceirização via negociação coletiva para assegurar segurança jurídica e evitar precarização. Destacam ainda a necessidade de combater distorções salariais, especialmente as que afetam mulheres e minorias, e criticam a predominância do critério do menor preço nas licitações, que pode comprometer a qualidade dos serviços e a justa remuneração. Por fim, solicitam diálogo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o Tribunal de Contas da União e demais órgãos para construir um modelo de contratação que respeite a negociação coletiva, a equidade salarial e a natureza especializada do setor, promovendo a modernização segura do Estado e a proteção dos trabalhadores e empresas de TI. Fonte: Convergência Digital

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lei limita multas e amplia acordos tributários

Poder Legislativo | **09/09/2026 – 16h11min**

A Lei Complementar 236/26, sancionada pela Presidência da República, estabelece regras gerais para processos e conflitos tributários, limitando as multas a 75% do tributo devido, com exceções para casos de fraude, sonegação e reincidência. A norma amplia as possibilidades de acordos entre o Fisco e os contribuintes, prevendo descontos progressivos para regularização espontânea das dívidas. A lei cria ainda normas para o processo administrativo fiscal, incluindo a obrigatoriedade de revisão em segunda instância em municípios com mais de 100 mil habitantes e prazos uniformes para recursos. Introduz a arbitragem especial tributária e aduaneira, com decisões vinculantes que podem extinguir créditos tributários após trânsito em julgado. O texto reforça o uso de mediação e transação tributária, priorizando métodos preventivos contra inadimplência. O governo vetou dispositivos que limitavam a interrupção do prazo para cobrança, validade das certidões fiscais e responsabilidade tributária, alegando riscos à arrecadação e complexidade processual. Estados, Distrito Federal e municípios terão dois anos para adaptar suas legislações às novas regras. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor de serviços fica estável em julho e sobe 2,4% em 12 meses

Mercado | **10/09/2026 – 10h34min**

O setor de serviços apresentou estabilidade em julho, com variação nula em relação a junho, acumulando alta de 2,4% nos últimos 12 meses e 1,9% no ano. O desempenho indica desaceleração em comparação ao período anterior, quando o crescimento acumulado era de 2,6%. A Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada pelo IBGE, mostra que quatro das cinco atividades avaliadas tiveram crescimento em julho, com destaque para serviços prestados às famílias, profissionais e administrativos, transportes, armazenagem e correio, e outros serviços. O setor de informação e comunicação registrou queda de 2,5%. O índice de atividades turísticas (Iatur) cresceu 2,7% em julho, mas acumula alta de apenas 0,6% em 12 meses, permanecendo 3,8% abaixo do pico de dezembro de 2024. O levantamento abrange 17 unidades da federação e inclui atividades como transporte, turismo, restaurantes, salão de beleza e tecnologia da informação. Bancos não são considerados na pesquisa. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Fachin tira Moraes da relatoria do inquérito das Fake News e assume caso em meio à crise no STF

Poder Judiciário | **09/09/2026 – 17h21min**

O ministro Edson Fachin assumiu a relatoria do inquérito das Fake News, retirando a responsabilidade do ministro Alexandre de Moraes, em meio a uma crise institucional no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão ocorreu após a Procuradoria-Geral da República (PGR) pedir a nulidade da investigação conduzida por Moraes, alegando que ele não poderia aprofundar apurações envolvendo outro ministro sem autorização. Relatórios da Polícia Federal indicaram que André Mendonça teria determinado investigações direcionadas a autoridades com foro no STF, o que motivou um pedido de investigação contra Mendonça por

Moraes. Fachin centralizou os procedimentos, determinando que PGR e Mendonça se manifestassem sobre o caso. Mendonça liberou o procedimento para análise do plenário do STF e, posteriormente, afastou preventivamente o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o diretor de Inteligência Policial, Leandro Almada, para preservar provas e investigações. A decisão foi parcialmente mantida pela Segunda Turma do STF, com o diretor-executivo da PF assumindo interinamente a direção da corporação. O caso segue sob análise do plenário do STF, com prazos estabelecidos para esclarecimentos e manifestações. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Flávio Dino cobra identificador único para rastrear emendas

Poder Judiciário | **09/09/2026 – 19h49min**

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, determinou que o governo e o Congresso apresentem até 30 de novembro uma proposta para criar um identificador único das emendas parlamentares. O objetivo é garantir a vinculação direta entre a indicação feita pelo congressista e o empenho correspondente, facilitando o acompanhamento da execução dos recursos. A medida foi motivada por auditorias que identificaram falhas na aplicação e transparência dos recursos, com R\$ 8,4 milhões em irregularidades detectadas em 25 municípios analisados pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS. As auditorias também apontaram baixa divulgação dos dados e execução de recursos em períodos proibidos. Apesar de sistemas como Transferegov.br e Contratos.gov.br possuírem mecanismos de rastreabilidade, foram constatadas divergências entre dados do Legislativo e Executivo. O Siafi deverá ser integrado à proposta para assegurar a rastreabilidade. O Tribunal de Contas da União terá papel ampliado na fiscalização do uso das emendas na área da saúde, especialmente quanto ao cumprimento das regras para destinação de emendas coletivas ao pagamento de pessoal do SUS. Fonte: Poder360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fachin cancela mais uma sessão do STF para evitar atritos

Poder Judiciário | **10/09/2026 – 13h24min**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, cancelou a sessão do colegiado prevista para a tarde de 10 de setembro de 2026. A decisão visa evitar o encontro de todos os ministros e possíveis declarações sobre o caso que envolve suspeitas contra o ministro Alexandre de Moraes, relacionadas a uma suposta relação imprópria com Daniel Vercaro, fundador do Banco Master. O STF tem uma nova sessão agendada para 15 de setembro, às 10h, para deliberar sobre a investigação de Moraes, que pode ter orientado e auxiliado Vercaro até a prisão do ex-banqueiro em novembro de 2025. Até o momento, Moraes não esclareceu as 52 mensagens recebidas do ex-controlador do Banco Master. Fonte: Notícias Agrícolas

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

TSE valida mais três registros de candidatura à Presidência da República

Poder Judiciário | **09/09/2026 – 20h49min**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) validou o registro de mais três candidaturas à Presidência da República para as eleições de 2026. A decisão faz parte do processo de análise e homologação dos pedidos de registro apresentados pelos candidatos, conforme as normas eleitorais vigentes. O TSE reforça que não envia e-mails para eleitores comunicando cancelamento de título eleitoral, alertando para possíveis tentativas de fraude. O órgão também disponibiliza diversos serviços eleitorais, como autoatendimento, certidões,

justificativas eleitorais, informações sobre biometria, calendário eleitoral, contas eleitorais, entre outros, para garantir a transparência e o acesso à informação durante o processo eleitoral. Fonte: ASCOM TSE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Taxas dos DIs passam a cair em meio a especulações sobre disputa eleitoral

Poder Legislativo | 10/09/2026 – 12h30min

As taxas dos Depósitos Interfinanceiros (DIs) reverteram a alta e passaram a cair em 10 de setembro de 2026, influenciadas por especulações sobre a disputa presidencial no Brasil. Às 12h21, a taxa do DI para janeiro de 2028 estava em 13,555%, recuando 8 pontos-base, enquanto a taxa para janeiro de 2035 caiu 13 pontos-base, para 14,08%. Pesquisas indicam que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) aparece bem posicionado frente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que tem impactado positivamente o mercado, reduzindo o dólar e as taxas dos DIs. No mesmo dia, o Ibovespa atingiu máximas acima de 188 mil pontos. A crise no Supremo Tribunal Federal (STF) também permanece no foco dos investidores, com decisões recentes do presidente da corte, ministro Edson Fachin, alterando relatorias e cassando liminares relacionadas à Polícia Federal. No cenário externo, os rendimentos dos Treasuries e o preço do petróleo Brent subiram, refletindo tensões geopolíticas entre EUA e Irã. O Banco Central Europeu elevou suas taxas de juros para conter a inflação. No Brasil, o volume de serviços em julho ficou estável na comparação mensal e cresceu 0,9% em relação a julho de 2025, abaixo das expectativas do mercado. Fonte: Notícias Agrícolas

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PT vê campanha de Lula em risco com crise no STF e convoca reunião de emergência com aliados

Poder Legislativo | 10/09/2026 – 04h00min

O Partido dos Trabalhadores (PT) manifestou preocupação com o impacto da crise no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a campanha do presidente Lula nas eleições de 2026. Pesquisas recentes indicam empate técnico entre Lula e Flávio Bolsonaro (PL), o que aumentou o estado de alerta entre os aliados do presidente. O presidente do PT, Edinho Silva, convocou reuniões emergenciais com a Executiva Nacional, partidos da base e centrais sindicais para definir estratégias de reação. Aliados históricos, como movimentos sociais e sindicatos, demonstram inquietação com a atual apatia da campanha e reivindicam maior participação, semelhante à de 2022. Lula tem buscado articular com ministros do STF e parlamentares para minimizar os prejuízos políticos da crise. Há críticas internas quanto à demora na reação da campanha a temas urgentes e à falta de vigor na coordenação, além de queixas sobre escassez de material e atraso na distribuição de recursos do fundo partidário. A primeira reunião com a base está prevista para 10 de setembro, seguida por encontros da Executiva Nacional e centrais sindicais. Correntes internas do PT defendem mudanças na apresentação do programa econômico e na postura da campanha para ampliar a base eleitoral. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Alckmin promete a empresários que Lula fará superávit e defende fim de privilégios no Judiciário

Poder Executivo | 10/09/2026 – 11h32min

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou a empresários que, em caso de reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) garantirá superávit nas contas públicas, com previsão mínima de 0,5% para o próximo ano. Durante jantar em Brasília, Alckmin

defendeu o corte de privilégios no Judiciário e Legislativo como forma de combater o desperdício de recursos públicos. Ele ressaltou que o governo Lula zerou o déficit primário, em contraste com o governo anterior, que teria gasto além da arrecadação. O encontro reuniu cerca de 100 pessoas, incluindo ministros e representantes de diversos setores econômicos, e teve como objetivo reativar o pacto político com o empresariado, buscando ampliar o apoio para a campanha de Lula nas eleições de 2026. Também foram discutidos os impactos da crise no Supremo Tribunal Federal sobre o pleito. O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães (PT), presente no evento, criticou a atuação de um ministro do STF em favor de campanha eleitoral e classificou como abuso o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Proibido no Brasil, Polymarket mostra Flávio com mais chance que Lula

Poder Executivo | **10/09/2026 – 14h01min**

O site de mercado de previsões Polymarket, proibido no Brasil desde abril de 2026, indica que o senador Flávio Bolsonaro (PL) tem 52% de probabilidade de vencer a eleição presidencial, contra 45% do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O Polymarket funciona como um mercado onde usuários negociam contratos sobre resultados futuros, refletindo as probabilidades atribuídas pelo mercado. Pesquisa PoderData/Aya divulgada no mesmo dia mostra Lula com 38% das intenções de voto no primeiro turno, contra 36% de Flávio, tecnicamente empatados dentro da margem de erro de 1,8 ponto percentual. Em simulação de segundo turno, Flávio aparece com 47% das intenções, contra 45% de Lula, também dentro da margem de erro. A pesquisa ouviu 3.000 pessoas em 623 municípios das 27 unidades da Federação, com intervalo de confiança de 95% e está registrada no TSE sob o nº BR-04914/2026. Fonte: Poder360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pesquisa Atlas: Lula é desaprovado por 53,8% dos brasileiros e aprovado por 43,7%

Poder Executivo | **10/09/2026 – 15h01min**

Pesquisa Atlas/Bloomberg divulgada em 10 de setembro de 2026 indica que 53,8% dos brasileiros desaprovam o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto 43,7% aprovam. A desaprovação aumentou em relação ao levantamento anterior, que registrava 52,9%, e a aprovação diminuiu de 45,4%. A avaliação do governo mostra que 50,8% consideram a gestão ruim ou péssima, 38,3% a veem como ótima ou boa, e 10,8% a classificam como regular. A pesquisa foi realizada com 5 mil pessoas por recrutamento digital aleatório, possui margem de erro de um ponto percentual e nível de confiança de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral sob o protocolo BR-01452/2026. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cury diz que não apoiaria Lula no segundo turno em "hipótese alguma"

Poder Executivo | **10/06/2024 – 15h00min**

O candidato à presidência Augusto Cury (Avante) declarou que não apoiaria Lula (PT) em um eventual segundo turno das Eleições 2026. Em evento com empresários da Faria Lima, Cury criticou a gestão petista, destacando problemas não resolvidos como educação, criminalidade, feminicídio e endividamento das famílias desde 2003. O presidenciável afirmou que sua candidatura seria um desafio para Lula no segundo turno e questionou a capacidade do ex-presidente de resolver essas questões em um possível quarto mandato. Cury, médico psiquiatra, tem ganhado destaque nas pesquisas eleitorais, alcançando até 36% das intenções de voto em cenários contra Lula. Sobre a possibilidade de apoiar Flávio Bolsonaro (PL), Cury

condicionou o apoio à comprovação da legalidade dos repasses relacionados ao filme Dark Horse, liberando seus apoiadores para votar no candidato do PL caso a situação seja esclarecida. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas e empresários defendem reforma tributária em carta-manifesto a candidatos à Presidência da República

Poder Executivo | **10/09/2026 – 09h13min**

Cerca de 100 especialistas, acadêmicos, empresários e ex-autoridades da área econômica e tributária divulgaram uma carta-manifesto dirigida aos candidatos à Presidência da República, defendendo a reforma tributária sobre o consumo promulgada em dezembro de 2023. Entre os signatários estão nomes de destaque como Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central; Andrea Calabi, ex-presidente do Banco do Brasil e do BNDES; Jorge Gerdau, empresário; Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda; Vanessa Canado, ex-assessora especial do Ministério da Economia; e Rodrigo Maia, ex-presidente da Câmara dos Deputados. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma Tributária: TCU tem até 30 de outubro para enviar ao Senado cálculos da alíquota da CBS

Poder Executivo | **09/09/2026**

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem até 30 de outubro para enviar ao Senado Federal os cálculos da alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para 2027, tributo que substituirá o PIS e a Cofins. A Receita Federal deve encaminhar a proposta de cálculo ao TCU até 14 de setembro, que analisará e homologará os números antes do envio ao Senado. O Senado terá até 15 de dezembro para fixar a alíquota, que será utilizada no primeiro ano de implementação do novo tributo. Caso o Senado não conclua a fixação no prazo, os cálculos do TCU poderão ser usados temporariamente. A CBS faz parte da transição gradual da reforma tributária, que será implementada integralmente até 2033. Estimativas indicam uma alíquota de referência de 9,43% para 2027, com arrecadação prevista de R\$ 636 bilhões. A definição da alíquota é fundamental para o planejamento tributário e financeiro das empresas durante o período de transição. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)